

VILA JOANITA: CONSTRUINDO UM FUTURO COMUM - UMA PROPOSTA DE PESQUISA AÇÃO INTEGRANDO SOLUÇÕES BASEADAS NA COMUNIDADE E NA NATUREZA

Rafael da Costa Machado¹

Milena Maria Galleassi Heppner²

Alexandre do Nascimento Pedrozo³

RESUMO

O presente estudo analisa a realidade socioterritorial da Vila Joanita, uma comunidade com aproximadamente 40 anos de história, marcada por grave vulnerabilidade socioambiental, com ocorrência de inundações e sem previsão ou proposta de solução urbanística por parte do poder público. O objetivo geral foi a investigação e fomento da transformação comunitária por meio da mediação entre os saberes acadêmico e popular. A pesquisa adota a metodologia de Pesquisa-ação participativa (PAP), contando com uma etapa inicial quanti-qualitativa, por meio de oficinas de urbanismo popular e da aplicação de um cadastro multifinalitário. Destaca-se a construção de uma maquete física do território que serviu como objeto didático, o qual permitiu aos moradores decodificar seu espaço, compreender regras, diretrizes, limites e possibilidades para orientar a luta por direitos coletivos. O trabalho contribui para a comunidade local e acadêmica atestar a eficácia de práticas interdisciplinares no enfrentamento e na luta cotidiana pelo direito à cidade. Trata-se de trabalho preliminar e experimental, embora legitimado e apoiado pela comunidade, que pode ser replicado em outras situações, em estudos futuros ou assessorias técnicas complementares para esta e outras comunidades no acompanhamento das reivindicações urbanísticas populares junto ao governo.

Palavras-chave: Pesquisa-ação participativa. Psicologia comunitária. Urbanismo popular. Vulnerabilidade socioambiental.

¹ Aluno do 7º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2025-2026). *E-mail:* machado.rafael@mail.fae.edu

² Aluna do 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2025-2026). *E-mail:* milena.heppner@mail.fae.edu

³ Orientador da Pesquisa. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* silva@fae.edu

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano contemporâneo defronta-se com o complexo desafio de integrar assentamentos precários e informais, situados em áreas de vulnerabilidade socioambiental, à malha urbana formal das cidades. No cenário brasileiro, esse processo é historicamente marcado por uma segregação socioespacial que relega as populações de baixa renda a territórios periféricos desprovidos de infraestrutura e de saneamento básico. A Vila Joanita, uma ocupação que lida com o estigma da irregularidade há décadas, localizada em Curitiba, na divisa entre o Bairro Alto e o Tarumã, em uma zona de preservação ambiental lindeira à Linha Verde, sintetiza de forma nítida esse paradoxo urbano. A comunidade enfrenta graves desafios cotidianos, caracterizados pela falta de segurança sobre a posse da terra, severas vulnerabilidades socioambientais de alagamentos sazonais decorrentes de sua proximidade e do encontro dos rios Atuba e Bacacheri, e por uma historicamente baixa união comunitária. Esse desamparo físico é acentuado por um “vazio burocrático” estatal que se manifesta na ausência de regularização fundiária e de equipamentos públicos essenciais, gerando o que a literatura psicossocial conceitua como sofrimento ético-político.

Esses desafios territoriais demonstram que, para além de intervenções urbanas e de engenharia estritamente físicas, faz-se imperioso atuar sobre as dimensões sociais, políticas e psicológicas do território. O enfrentamento dessas vulnerabilidades exige o fortalecimento dos vínculos internos e a articulação entre o conhecimento técnico e a construção coletiva, de modo a transformar a relação dos moradores com o espaço em um verdadeiro processo de pertencimento e cidadania. Sob essa perspectiva, esta pesquisa busca compreender como a participação ativa da comunidade pode fortalecer sua autonomia política e sua capacidade de negociação com as instituições públicas e privadas. O foco central do trabalho reside em apoiar a constituição e o fortalecimento da Comissão de Moradores. Pretende-se que esse grupo local de líderes atue como protagonista nas decisões sobre o território, estimulando a reflexão crítica dos moradores sobre as condições opressivas que geram suas carências e envolvendo-os diretamente na formulação de soluções que garantam o direito à cidade e a sustentabilidade socioambiental da transformação espacial.

Metodologicamente, a pesquisa-ação participativa (PAP) e os eixos conceituais da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana constituem a base para esse processo. Parte-se do pressuposto, inaugurado por Kurt Lewin (1946), de que a investigação e a transformação social são indissociáveis, exigindo ciclos contínuos de planejamento, ação e reflexão crítica. Essa perspectiva é radicalizada na América Latina por Orlando Fals Borda (1981), ao defender que a pesquisa-ação deve romper com as assimetrias

clássicas entre sujeito e objeto, devolvendo às bases populares o controle sobre seu próprio destino. No campo da Psicologia Comunitária, os aportes de Silvia Lane (2006) e Ignacio Martín-Baró (1983,1996) amparam a inserção em campo como um ato político de desalienação, em que o sujeito é compreendido como síntese ativa de suas determinações históricas. Para viabilizar essa horizontalidade, o projeto extensionista interdisciplinar “Operação Joanita” utilizou dispositivos de mediação que atuam na fronteira entre a técnica e a vivência cotidiana. Sob a ótica de Star e Griesemer (1989), a maquete física opera como *boundary object* (objeto de fronteira), possuindo plasticidade para acolher a memória popular e robustez para manter o diálogo com órgãos estatais. Sob a ótica de Paulo Freire (1979, 1987), tornam-se objetos cognoscíveis que mediatizam os sujeitos no distanciamento estético necessário para a descodificação crítica de sua realidade existencial.

Delineia-se, portanto, a seguinte pergunta de partida: de que maneira o processo participativo de co-construção de maquetes físicas e de marcos simbólicos de identificação territorial pode atuar como dispositivo de mediação psicossocial para promover a conscientização, o sentimento de pertencimento e a autonomia da Comissão de Moradores da Vila Joanita? Para responder a esse questionamento, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar como essas práticas interdisciplinares, articuladas entre a Psicologia e a Arquitetura, contribuem para subsidiar a organização comunitária e o exercício do direito à cidade na Vila Joanita, garantindo a sustentabilidade da transformação social local.

FIGURA 1 - Vila Joanita



FONTE: ARAKI (2021)

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA

A presente pesquisa é fundamentada na visão de Kurt Lewin (1946) que entendia que o conhecimento e a transformação são indissociáveis, ele postula que compreender um fenômeno requer intervir sobre ele, analisá-lo e intervir novamente e assim sucessivamente:

Esta atividade de reconhecimento ou levantamento de fatos tem quatro funções. Primeiro, deve avaliar a ação, mostrando se o que foi alcançado está acima ou abaixo da expectativa. Em segundo lugar, dá aos planejadores a chance de aprender, ou seja, de reunir novas percepções gerais, por exemplo, em relação aos pontos fortes e fracos de certas armas ou técnicas de ação. Em terceiro lugar, este levantamento de fatos deve servir de base para o planejamento correto do próximo passo. Finalmente, serve como base para modificar o “plano geral”. O próximo passo é novamente composto por um círculo de planejamento, execução e reconhecimento ou levantamento de fatos com o propósito de avaliar os resultados do segundo passo, para preparar a base racional para o planejamento do terceiro passo e para, talvez, modificar novamente o plano geral (Lewin, 1946, p. 5, tradução nossa).

Fals Borda (1981) radicaliza essa concepção de ciclos contínuos de investigação, ação e revisão ao argumentar que a Pesquisa-ação participante (PAP) visa devolver à comunidade o controle sobre o seu próprio destino, de maneira a reduzir as diferenças entre o objeto e o sujeito de estudo, causando assim uma ruptura com a hierarquia clássica entre academia e campo.

Esta discussão entre colaboradores é enriquecida pela prática no campo, pelo contato com os grupos de base e seus problemas concretos e pelas opiniões e conceitos dos núcleos de liderança, camponeses e operários, dos grupos de consulta *ad hoc*. Tem se dado uma contribuição intelectual decisiva das partes desses núcleos, expressa nas reivindicações de clareza e precisão na exposição teórica; observações sobre a aplicabilidade da teoria no contexto imediato; descrição vívida e fiel dos processos sociais locais; explicações de estratégias e táticas nas lutas regionais; informações sobre as motivações do comportamento individual e coletivo não perceptíveis pelas pessoas estranhas ao meio (Fals Borda, 1981, p. 54).

No mesmo pensamento, Barbier (2002) caracteriza a pesquisa-ação como um processo eminentemente pedagógico e político, voltado à formação do homem-cidadão preocupado em organizar a existência coletiva da cidade. A prática desse estudo se justifica então através desse olhar, se valendo da experiência coletiva de uma comunidade e dispositivos de mediação que hajam em duas frentes, como instrumentos de conhecimento e educação popular.

1.2 PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA LATINO-AMERICANA

A Psicologia Social e Comunitária encontra amparo para sua inserção no projeto de pesquisa tendo em vista o contexto do cenário Latino-Americano que recusa a postura do pesquisador neutro e distante em favor de uma imersão crítica e comprometida com a desalienação dos sujeitos. Martín-Baró (1983) afirma que não se trata de adaptar o indivíduo ao sistema, mas de transformar as estruturas que produzem o sofrimento. Mais tarde em sua carreira ele propõe que a conscientização pode servir como um horizonte primordial da prática psicológica e é entendida como um processo pelo qual as pessoas e grupos superam a identidade alienada e alcançam um saber crítico sobre si mesmos e sobre a sua realidade.

Essa visão encontra um diálogo direto com as contribuições de Lane e Codo (1984), que entende que o indivíduo deve ser compreendido como um produto do seu contexto histórico e, simultaneamente, agente do meio em vive, se recusando a um olhar psicologizante que procure o tratar de forma alheia ao social, o isolando desse entendimento que nos conecta ao viver em comunidade. Góis (2001) complementa essa visão quando define a Psicologia Comunitária como uma psicologia da ação para a mudança, visando o desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, ele então passa a descrever que os protagonistas dessa mudança são pessoas comuns na sua vivência contemporânea que se encontram no cerne da transformação do indivíduo em sujeito. Freitas (1996), por fim, traz uma análise macrossocial que age para a compreensão do indivíduo historicamente determinado, fazendo possível assim, a reconstrução de práticas do dia-a-dia que transformem e construam um novo poder social.

1.2.1 O Paradigma Crítico de Maritza Montero

A Psicologia Social Comunitária na América Latina se constitui inicialmente a partir de um firme compromisso com os setores populares e oprimidos, recusando a neutralidade científica e as abordagens positivistas ou individualistas clássicas (Góis, 2001). Nesse campo epistêmico, a proposta paradigmática de Maritza Montero (1994) oferece base fundamental ao postular que a produção do conhecimento deve ser participante, contextualizada e ativamente co-construída entre pesquisadores e atores sociais como ferramenta para a transformação social. Para Montero (1994), a investigação deve se debruçar sobre as condições concretas de vida dos indivíduos para desvelar os efeitos psicossociais da pobreza, da dependência e da opressão, convertendo a conscientização em um processo dialético em si e para si.

Essa conscientização atua diretamente nos processos de desideologização e desalienação do indivíduo em seu cotidiano concreto, promovendo sentimentos de pertença, solidariedade e agência comunitária. Ao invés de tratar os moradores de territórios vulnerabilizados como meros objetos passivos de estudo, o paradigma crítico de Montero (1994) exige que a comunidade atue como sujeito ativo do próprio pensar e agir. Desse modo, o trabalho psicológico comunitário afasta-se de qualquer caráter clínico individualizante ou adaptativo, para se estabelecer como uma práxis libertadora que busca transformar as estruturas opressivas produtoras de sofrimento.

1.3 SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E TERRITÓRIO

Apoiando-se na noção de sofrimento ético-político de Sawaia (2001), a análise psicossocial do território abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma produzidas pela desigualdade social, a negação imposta às possibilidades de apropriação da produção material e cultural, de circulação no espaço público e de expressão de desejo e afeto. A restrição social não se limita somente ao financeiro, ela atinge a capacidade do indivíduo de usufruir da cultura, de circular livremente e expressar-se como um ser único. Nessa perspectiva a comunidade apresenta-se como a dimensão temporal e espacial da cidadania, um espaço relacional de objetivação de uma sociedade democrática, plural e igualitária (Sawaia, 1996). Muito além de um simples aglomerado de pessoas, é na comunidade que as raízes espaciais e relacionais da democracia ganham materialidade.

Lefebvre (2001) articula diretamente com essa leitura do conceito de direito à cidade, para quem o urbano é uma forma mental e social, abordando simultaneamente a reunião e o encontro, juntamente com a noção de multiterritorialidade de Haesbaert (2003), para quem o território é mediador entre pertencimento, identidade e relações de poder. A Vila Joanita passa por essa fragmentação de longa data de títulos e disputas de posse, onde essa discussão se prova vital para entender o contexto no qual o projeto se insere.

1.3.1 A Perspectiva Socioterritorial do Phas

A compreensão das vulnerabilidades que atravessam os assentamentos informais demanda uma articulação entre as categorias de sofrimento ético-político e a perspectiva de território vivido. De acordo com Sawaia (2001), o sofrimento ético-político expressa as afecções do corpo e da alma produzidas pela desigualdade social, englobando a dor da subalternização, a negação dos direitos básicos de cidadania e a privação das possibilidades de apropriação da produção material e cultural de sua

época. O território, nesse sentido, ultrapassa a dimensão física para constituir-se como a mediação geográfica de relações de poder, identidade e pertencimento. É sob esse enfoque relacional que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) inaugura um novo paradigma de proteção social no Brasil ao adotar, de forma explícita, a perspectiva socioterritorial em suas diretrizes.

Ao operar nas capilaridades dos territórios, a PNAS reconhece que as situações de exclusão e vulnerabilidade estão intrinsecamente vinculadas ao local onde os sujeitos vivem, estabelecendo a família e seu micro espaço de vivência como referências centrais de diagnóstico e intervenção. Essa territorialização da política pública apontada por Koga (2003), é o espaço de embate no qual o Estado é convocado a superar o assistencialismo tradicional para promover a inclusão afetiva, atendendo à necessidade e não ao necessitado. A convergência entre o sofrimento ético-político e a perspectiva socioterritorial da PNAS sinaliza que a privação de infraestrutura na Vila Joanita constitui mais do que uma carência técnica de engenharia da reurbanização, assim como um aspecto de desqualificação social que afoita a subjetividade de forma a agravar a invisibilidade civil que perpetua o desamparo dos moradores perante o poder público.

1.4 PARTICIPAÇÃO E GESTÃO URBANA

O direito à cidade vai além da garantia de acesso à moradia ou aos serviços urbanos, constituindo o direito de participar ativamente da produção, da apropriação e da transformação do espaço urbano. De acordo com Lefebvre (2001), guiada pela lógica capitalista, a urbanização transforma a cidade em um produto voltado à reprodução da força de trabalho e à valorização econômica do solo, reduzindo o papel dos cidadãos a meros consumidores do espaço.

Diante desse cenário, o autor indica que a transformação do espaço e da realidade atual não se materializará se permanecer nas mãos do Estado, uma vez que os interesses seguem a lógica do capital. Apenas a comunidade pode investir e renovar a direção da atividade urbana, focada nas necessidades sociais e da sociedade urbana. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade é possível, pois o espaço deve ser entendido como uma obra coletiva e não apenas um produto, continuamente construída por seus habitantes por meio das relações sociais, da vida cotidiana e da participação política. A comunidade deve ter o poder de moldar seu ambiente para que ele reflita suas necessidades, priorizando o valor de uso sobre o valor de troca.

O Estado, como ente planejador e executor das obras, não deve, de acordo com Henri Lefebvre (2001), reduzir o planejamento a uma mera questão técnica ou administrativa. Ao

elaborar e executar um Plano Diretor, o órgão público deve romper com o “urbanismo dos administradores”, que frequentemente adota uma visão científica e racionalista da cidade, negligenciando o “fator humano” e as relações sociais. Apenas os próprios grupos que consomem o espaço devem elaborar estratégias e raciocínio para implementar iniciativas capazes de solucionar os problemas urbanos. Enquanto isso, o Estado deve considerar que a reforma urbana só terá sucesso se for capaz de substituir a lógica do valor de troca pela supremacia do valor de uso, sempre em contato com os habitantes do espaço.

1.5 A MAQUETE COMO OBJETO DE FRONTEIRA E OBJETO COGNOSCÍVEL

É válido destacar o conceito do objeto de fronteira (*boundary object*) ao introduzir a maquete física da Vila Joanita como um instrumento de conhecimento no âmbito interdisciplinar da PAP. Star e Griesemer discutem em um estudo de 1989 sobre a cooperação entre amadores e profissionais no Museu de Zoologia de Vertebrados de Berkeley. Eles definem os objetos fronteira como artefatos plásticos o suficiente para se adaptar às necessidades interdisciplinares enquanto suportam as restrições desses mesmos grupos que os utilizam, porém ainda tem robustez para manter uma identidade comum entre os grupos aos quais são expostos. Essa adaptabilidade e robustez é o que permite que o mesmo artefato seja entendido, compreendido e apropriado de formas distintas por grupos heterogêneos com vocabulários, interesses e culturas epistêmicas distintas, sem que isso comprometa sua capacidade de mediar a comunicação entre elas.

No contexto da Vila Joanita, a maquete cumpriu exatamente essa dupla função. Para a equipe técnica/acadêmica, ela representa com precisão as escalas, cotas e elementos cartográficos. Para os moradores e liderança, a mesma maquete servia como um objeto tangível, manipulável capaz de incorporar suas memórias, conhecimentos e disputas que não estavam documentadas em nenhum outro material técnico. Star e Griesemer (1989) destacam que esses objetos, quando em seu uso comum entre os mundos sociais, são fracos, mas se tornam uma estrutura forte no uso específico de cada local, orientando discussões técnicas sobre o risco de alagamento, servindo de suporte para que a Comissão de Moradores, representados pela sua liderança, reivindica com precisão espacial, as suas demandas junto a representantes da Sanepar e da Companhia de Habitação Popular de Curitiba COHAB.

Paulo Freire (1987) compartilha desse viés sociológico do objeto-fronteira quando fala sobre o papel dos objetos na relação educador-educando, o fim da descodificação é chegar a um nível crítico de conhecimento, começando pela experiência em seu contexto real. Enquanto a representação codificada é o objeto cognoscível que mediatiza sujeitos conhecedores, a descodificação compor o código em seus elementos constituintes é a operação pela qual os sujeitos conhecedores percebem as relações entre os elementos

da codificação e entre os fatos que a situação real apresenta, relações que antes não eram percebidas (Freire, 1979). A maquete, nesse sentido, não foi somente um artefato de tradução técnica entre COHAB e Liderança, mas um objeto cognoscível que colocou pesquisadores, técnicos e moradores numa posição comum diante do território a ser conhecido, problematizado e transformado. Ao manipular fisicamente a representação codificada de seu território, a comunidade pôde decodificar relações que não haviam sido percebidas anteriormente, assim fortalecendo o processo de conscientização que orienta a práxis da Psicologia Comunitária adotada neste projeto.

FIGURA 2 - Maquetes físicas produzidas para discussão do espaço da Vila Joanita e entorno



FONTE: Os Autores (2026)

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma Pesquisa-ação participativa de natureza qualitativa, contando com uma etapa inicial de delineamento quanti-qualitativo. Buscou-se aliar a análise estatística de dados obtidos em campo à interpretação psicossocial e territorial das narrativas e observações geradas no processo. A pesquisa foi estruturada em três fases sequenciais, articuladas a um trabalho interdisciplinar que já estava em curso, integrando alunos de Arquitetura e Urbanismo da instituição.

A primeira fase da metodologia compreendeu o período de aproximação, estabelecimento de vínculos de confiança e leitura preliminar do território e a criação do projeto extensionista anterior à pesquisa. A inserção inicial em campo ocorreu por

meio de atividades práticas curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo que, embora originalmente tivessem apenas propósito acadêmico de desenhar propostas de requalificação territorial e espacial, funcionaram como o primeiro reconhecimento técnico e sensível da Vila Joanita por parte dos pesquisadores.

O elemento central para a viabilização do diagnóstico inicial foi o contato com a liderança comunitária, que pôde traduzir as dificuldades e vulnerabilidades locais cotidianas, como os elementos físicos que comprometem a qualidade de vida local, a exemplo dos alagamentos sazonais causados pela proximidade com o Rio Atuba e o encontro com o Rio Bacacheri. Por outro lado, identificou-se uma fragilidade comunitária/psicossocial: a sensação de pertencimento e a ausência de uma identidade coletiva, somadas à falta de capacidade técnica e confiança para discutir as problemáticas locais com os órgãos públicos, instituições, técnicos e outros indivíduos.

Essa aproximação inicial norteou quais seriam os principais passos que possibilitaram a PAP, estruturando, assim, os primeiros módulos da Oficina de Urbanismo Popular do projeto de extensão, encontros pedagógicos desenvolvedores do conhecimento técnico necessário para que a comunidade pudesse ser o próprio agente de mudança, sem barreiras acadêmicas. Organizadas em módulos temáticos voltados à compreensão da relação entre cidade, rios, direito à moradia, planejamento urbano e instrumentos de participação social, a oficina promoveu a troca de experiências tanto entre os próprios moradores quanto entre comunidade e universidade, fortalecendo os vínculos de confiança, ampliando o reconhecimento coletivo do território.

Como instrumento de apoio às atividades participativas, foram elaboradas duas maquetes físicas: uma representando a bacia hidrográfica em escala ampliada e outra focada na Vila Joanita e em sua relação direta com o Rio Bacacheri. As maquetes foram utilizadas como ferramenta pedagógica e co-criativa, auxiliando na leitura do território, além de possibilitar o reconhecimento das residências e de outros elementos significativos da comunidade pelos próprios moradores.

Nesse cenário de mobilização, ocorreu a inserção da equipe de Psicologia e, através de uma escuta ativa, entendeu-se que havia a necessidade de compreender como a comunidade se compunha demograficamente, motivando a criação do questionário multifinalitário, assim gerando a base de dados quanti-qualitativos que fundamentaram as fases subsequentes da pesquisa. Assim, foi realizada uma pesquisa quantitativa com 100 moradores, utilizando formulários adaptados a partir do modelo de cadastramento da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT). Com o questionário, informações referentes às características das moradias, infraestrutura urbana, impactos das inundações, percepção ambiental, pertencimento comunitário e condições socioeconômicas foram recolhidas, permitindo a construção de um banco de dados para futuras análises e interpretação do território e suas interações.

As atividades desenvolvidas na etapa seguinte focaram na organização do banco de dados e na realização de análises quali-quantitativas, com o objetivo de identificar padrões, percepções e demandas da comunidade. Em paralelo, o grupo acompanhou as discussões relacionadas à Vila Joanita em reuniões com órgãos públicos, como a COHAB e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) a fim de solucionar problemas pontuais e discutir possibilidade futura de intervenção de acordo com a demanda da comunidade.

Por fim, a última fase teve como objetivo avaliar os impactos do processo participativo desenvolvido ao longo da pesquisa de forma qualitativa. Para isso, foi realizada uma entrevista aprofundada com a liderança comunitária da Vila Joanita e alguns moradores voluntários, buscando compreender a percepção da comunidade sobre as ações realizadas, a efetividade e utilidade dos materiais produzidos e as possíveis mudanças observadas desde o início do projeto.

Essa etapa permitiu analisar o retorno social da pesquisa, identificar contribuições para o fortalecimento comunitário e avaliar a participação universitária no processo participativo. Além disso, possibilitou refletir sobre as limitações, potencialidades e aprendizados adquiridos no decorrer da pesquisa-ação em um contexto de vulnerabilidade socioambiental.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NUM PROCESSO EM CURSO

A entrada da Psicologia Social não acontece a partir de um marco zero, mas de forma processual a um projeto extensionista preexistente, que foi denominado como “Operação Joanita”. Nesse momento a equipe tem seu primeiro contato com os moradores e uma pessoa que viria a ser um marco em si própria na figura da Líder da comunidade. Quando a equipe de Psicologia é inserida no projeto, durante uma série de *workshops* conduzidos pelos alunos de Arquitetura e Urbanismo, a comunidade e o núcleo de liderança já vinham sendo ouvidos em reuniões preliminares a respeito de seu cotidiano e seus desafios que incluíram um resgate de memórias afetivas de agentes da comunidade e um reconhecimento territorial. Essa inserção num processo já em andamento ao invés de ser uma limitação, evidenciou de forma imediata o papel que a Psicologia ocuparia, mediando horizontalmente as relações entre o saber técnico da academia e o saber popular.

A escuta ativa nesses encontros revelou que compreender o impacto subjetivo das inundações na vida da comunidade, para além da infraestrutura que certamente

exerce sua porção de sofrimento ético-político, traria uma visão das complexidades inerentes dos desafios enfrentados pelos moradores em momentos de vulnerabilidade climática. Esse entendimento deu origem ao Cadastro Popular Multifinalitário, aplicado em campo no dia 15 de outubro de 2025. Esse instrumento teve como base os modelos oficiais de cadastramento da COHAB, sendo adaptado pela equipe para um modelo que permitisse a aplicação em aproximadamente 20 minutos. A partir da escuta direta de uma necessidade identificada no território, nasce a demanda de reduzir a assimetria entre o objeto e o sujeito, como postulado por Fals Borda (1981).

Os dados produzidos pelo cadastro (projetado inicialmente para atingir o maior número possível de moradores, resultando em 89 abordagens e 45 respostas válidas) mostram na prática o que a teoria já apontava. A maioria dos respondentes (56%) mora na vila há mais de 10 anos, evidenciando o forte laço afetivo desenvolvido através dos anos, o que vai contra o tratamento institucional que, recorrentemente, costuma tratar essa população como ocupantes provisórios. Além disso, apenas 18% das famílias respondentes estão inscritas na COHAB-CT e cerca de metade (51%) não possui nenhum documento formal de posse. Sob o olhar psicossocial, essa indefinição jurídica quantifica o “vazio burocrático” do Estado e materializa o sofrimento ético-político discutido por Bader Sawaia (2001), expondo a estrutura já vulnerável da população.

A vulnerabilidade socioambiental também é evidenciada empiricamente: 64% dos respondentes relatam já ter sido afetados por enchentes, 53% expressam medo em relação a danos causados pelas chuvas, e 87% afirmam nunca ter recebido apoio institucional após situações de risco. Esses números mensuram o sofrimento socioambiental vivenciado localmente. A tensão entre a reivindicação legítima por pavimentação e o risco técnico de agravamento das inundações fica a cargo de uma população que não tem outra opção a não ser resistir ao risco climático e à ausência histórica de respostas do poder público.

TABELA 1 - Perfil Socioterritorial dos respondentes (Cadastro Multifinalitário, Fase 1, n=45)

Indicador	Categoria	n	%
Tempo de residência na Vila	Mais de 10 anos	25	55,6%
	Entre 6 e 10 anos	7	15,6%
	Entre 1 e 5 anos	8	17,8%
	Menos de 1 ano	5	11,1%
Documento de posse do imóvel	Possui documento formal	22	48,9%
	Não possui documento	16	35,6%
	Contrato verbal, sem documento	5	11,1%
	Doação ou cessão sem custo	2	4,4%
Inscrição na COHAB	Sim	8	17,8%
	Não	37	82,2%

FONTE: Os autores (2026)

NOTA: Dados do Cadastro Popular Multifinalitário aplicado em 2025.

3.2 O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO UMA *MATRIOSKA* DE EXCLUSÃO

Se os dados estatísticos, mesmo que de maneira rasa, nos permitem quantificar a vulnerabilidade territorial, foi na escuta ativa dos moradores e liderança, ocorrida durante as dinâmicas da Oficina de Urbanismo Popular, que esse sofrimento ganhou corpo e voz. Os participantes relataram que a ausência de equipamentos e serviços públicos é uma das privações mais impactantes no seu dia-a-dia; na lógica estatal essa privação se justifica pelo fato da Vila Joanita não ser reconhecida administrativamente como um bairro oficial da cidade. Como parte dessa exclusão, eles relatam a inexistência de uma linha de ônibus que atravesse o interior da comunidade, a pavimentação da rua central e a falta de uma creche popular, que exige um deslocamento diário que a própria geografia da exclusão dificulta.

Essa sobreposição de supressões de direitos engendra o que pode se descrever como uma *matrioska*⁴ de sofrimento ético-político. Cada camada de exclusão abre caminho simbólico e psíquico para a próxima, fazendo com que o indivíduo não se enxergue como ser humano merecedor dos direitos humanos básicos e se veja refém de um sistema opressor, permeado de ausências institucionais que se sustentam mutuamente, desenhado para mantê-lo em silêncio e subserviente às exigências a ele impostas por uma sociedade que não lhe dá a oportunidade de ser entendido como parte integrante e que tem todo o direito de ser reconhecida. Essa leitura encontra consonância direta com Sawaia (2001), para quem o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma produzidas pela desigualdade social, revelando a violência da negação imposta às impossibilidades de a maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época.

Essa constatação tem seu embasamento metodológico quando transcende o relato etnográfico inicial e emerge de forma independente nos dados do Cadastro Popular Multifinalitário. Um dos moradores, ao ser questionado de forma aberta sobre quais equipamentos faziam falta na Vila, respondeu espontaneamente: “Posto de saúde, panificadora, creche e coleta do lixo que não é lixo que não vai até a casa dos moradores”. Os relatos nas oficinas e o registro independente no cadastro nos auxiliam a triangular essas evidências empiricamente, comprovando que o desamparo não é um caso isolado, mas um padrão estrutural para a comunidade. É aqui que a carência material atinge o que Lefebvre (2001) teorizou sobre o direito à cidade. Para Lefebvre, esse direito não pode ser concebido como um simples direito à urbe formal, mas formula-se como a exigência de uma vida urbana renovada. Quando reivindicam

⁴ Matrioska - boneca russa de madeira composta por versões de si mesma que se encaixam uma dentro da outra, cada uma com seus detalhes específicos e em sucessão causam um efeito de camadas até se encontrar a última boneca no centro de todas as outras.

equipamentos básicos, os moradores da Vila Joanita estão, de verdade, contestando a segregação imposta que os despojou dos melhores resultados da atividade urbana e afirmando o seu direito inalienável de reintegração à centralidade e à vida na cidade.

TABELA 2 - Vulnerabilidade socioambiental e relação com o poder público (Fase 1, n=45)

Indicador	Categoria	n	%
Já foi afetado por enchentes	Sim, com frequência	8	17,8%
	Sim, mas raramente	21	46,7%
	Não, nunca aconteceu	14	31,1%
	Não sei / não lembro	2	4,4%
Medo de danos por chuva	Sim, muito medo	11	24,4%
	Um pouco	13	28,9%
	Não sinto medo	21	46,7%
Recebeu apoio institucional após risco	Sim	3	6,7%
	Não	39	86,7%
	Não sei / não lembro	3	6,7%
Já foi ouvido pelo governo	Sim, sempre	1	2,2%
	Às vezes	9	20%
	Raramente	13	28,9%
	Nunca	22	48,9%
Participa de reuniões com o governo	Sim	15	33,3%
	Não	30	66,7%
Conhecimento sobre Soluções Baseada na Natureza (SbN)	Sim, conheço bem	12	26,7%
	Já ouvi falar, mas não sei muito	22	48,9%
	Não, nunca ouvi falar	11	24,4%

FONTE: Os autores (2026)

NOTA: Dados do Cadastro Popular Multifinalitário aplicado em 2025.

3.3 MAQUETE COMO OBJETO DE FRONTEIRA, VALIDAÇÃO E DECODIFICAÇÃO CRÍTICA

O percurso de construção da maquete física do território demonstra nitidamente a dupla natureza teórica discutida na fundamentação desta pesquisa: ela operou simultaneamente como um objeto de fronteira, no conceito sociológico de Star e Griesemer (1989), e como um objeto cognoscível, no conceito pedagógico de Freire (1987). O seu desenvolvimento não aconteceu de forma linear ou unilateral. Conduzida pelos discentes de Arquitetura sob orientação dos docentes, a representação passou por iterações que foram ajustadas após validação da liderança da comunidade. Esse ciclo evidencia a plasticidade atribuída aos objetos fronteira: o artefato demonstrou robustez para manter sua identidade técnica e ao mesmo tempo foi capaz de incorporar a leitura territorial dos próprios moradores.

Essa incorporação teve seu momento de brilho participativo quando os moradores puderam pintar e colar as representações de duas próprias residências na maquete em microescala do assentamento. Durante essa atividade, algumas falas que ilustram o mecanismo de decodificação Freiriano foram registradas. Ao verem a maquete, moradores apontavam que “é incrível ver a bacia hidrográfica aqui” e “as casas desse lado são as mais afetadas pelas enchentes”, atestando a apropriação ativa do seu próprio espaço facilitado pelo objeto de fronteira. Contudo, a constatação da Dona Júnia talvez seja a mais contundente: “é muito bom ver a nossa comunidade dessa maneira, não é algo comum pra nós, não temos a dimensão de tudo sem uma ajuda visual”. Verbalizar essas impressões sobre a concretude do dia-a-dia da comunidade, ilustra o que Freire (1979) postula quando fala da operação pela qual sujeitos cognoscentes distanciam-se da própria realidade para percebê-la como totalidade. A relação entre a vulnerabilidade hidrológica e o risco presente com as enchentes estava até então fragmentada na experiência particular de cada um, mas ali tornou-se criticamente visível.

3.4 A AVALIAÇÃO DA LIDERANÇA

A realização da fase de entrevista, que foi conduzida junto a seis lideranças na reta final desta etapa de trabalho de campo, serviu como um último momento de transição e reavaliação do trabalho desenvolvido ao decorrer da pesquisa, e está longe de marcar um encerramento ao trabalho da própria população ainda em curso. Esse é a investigação que continua paralelamente à ação, visto que a realidade da comunidade se encontra em constante mudança, o que não nos oferece um fechamento hermético, reiniciando a espiral de planejamento, ação, observação e reflexão, ainda que sem o acompanhamento deste projeto de pesquisa, abrindo novos horizontes para a autogestão e para o fortalecimento do capital social da Vila Joanita.

Além do planejamento físico, nossa escuta ativa revelou tensões entre os moradores da comunidade que desviam a leitura do conflito simplista de oposição entre “comunidade *versus* Estado”. Os relatos trouxeram à tona uma resistência de vinte anos em relação a mudanças na diretoria da associação de moradores e o desejo de parte dos indivíduos com papel ativo na liderança por novas eleições internas, evidenciando o atravessamento por disputas internas de poder. Para a Psicologia Social, esse relato revela que a comunidade não atende às expectativas utópicas por uma unidade consensual e estagnada como descreveu Sawaia (1996), reiterando que os processos participativos reais dão visibilidade a conflitos de representação legítimos apontados por Mendes, Fontes e Magagnin (2021). Esses conflitos não são barreiras intransponíveis, mas carregam o material necessário para o amadurecimento e autonomia comunitária.

Finalmente, a menção de uma liderança sobre os moradores estarem “cansados ou não darem bola pro WhatsApp” sinaliza um esgotamento com uma estrutura de engajamento baseada exclusivamente em canais digitais. Diante da iminente saída da equipe de pesquisa do campo, essa constatação não indica um ponto final, mas um ponto de partida para análise e instituição de novas diretrizes para que a comissão de moradores reconfigure suas próprias formas de comunicação e mobilização, garantindo que a palavra continue a ser dita e criada pelos próprios sujeitos de sua história.

TABELA 3 - Avaliação das lideranças sobre a intervenção (Fase 2, entrevistas qualitativas, n=6)

Respondente	Aceitação das ideias (1-5)	Visualiza concretização?	Relação com poder público (vs. 2025)
1	5	Não, ainda parece distante	Piorou
2	4	Mais ou menos, há confusão	Permaneceu igual
3	5	Sim, entende e visualiza	Permaneceu igual
4	3	Sim, entende e visualiza	Permaneceu igual
5	4	Mais ou menos, há confusão	Piorou
6	4	Não, ainda parece distante	Piorou
Média	4,17	–	–

FONTE: Os autores (2026)

NOTA: Dados do Cadastro Popular Multifinalitário aplicado em 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso metodológico e analítico deste estudo permite afirmar que a Pesquisa-ação participativa, quando articulada ao referencial da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana, é capaz de produzir transformações concretas nos modos como uma comunidade vulnerabilizada compreende, nomeia e reivindica seu próprio território. A experiência com a Vila Joanita demonstrou que o fortalecimento da autonomia comunitária não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo, cuja sustentação depende tanto de dispositivos materiais de mediação, como a maquete física, quanto de vínculos de confiança construídos ao longo do tempo, com presença regular e escuta genuína.

A maquete, ao funcionar simultaneamente como objeto de fronteira (Star; Griesemer, 1989) e como objeto cognoscível (Freire, 1987), demonstrou que o saber técnico e o sabor popular não são irreconciliáveis, mas precisam de um artefato comum que permita a ambos os lados ocupar uma posição simétrica diante do território a ser conhecido e transformado. A fala da Líder “não temos a dimensão de tudo sem uma

ajuda visual”, sintetiza precisamente esse processo: a maquete não simplesmente representou a comunidade, ela devolveu a possibilidade de se ver como totalidade e de reivindicar, com precisão espacial, os direitos que lhe são historicamente negados.

Com os resultados obtidos, pretende-se dar prosseguimento às atividades desenvolvidas junto à comunidade da Vila Joanita, mantendo o debate e o fortalecimento do território. Entre os planos futuros está a implantação de um portal da Vila como marco identitário para valorização da história e reconhecimento da comunidade por agentes externos, e execução de um trecho demonstrativo de uma rua-modelo focado em soluções baseadas na natureza. Paralelamente, pretende-se manter a aproximação construída entre a universidade e a comunidade, dando continuidade ao acompanhamento das demandas locais e ao apoio técnico às lideranças comunitárias.

REFERÊNCIAS

- ARAKI, Guilherme Seisuke da Silva. Moradores de ocupações irregulares sofrem com incertezas em Curitiba. **Portal Comunicare**, Curitiba, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.portalcomunicare.com.br/moradores-de-ocupacoes-irregulares-sofrem-com-incertezas-em-curitiba/>. Acesso em: 14 out. 2026.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Urbanização de favelas: lições aprendidas no Brasil**. Washington, DC: BID, 2012.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução: Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**: PNAS 2004. Brasília, DF: MDS, 2004.
- FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 43-61.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 63-82, jan./jun. 1996.
- FURTADO, Odair. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 85-115.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia comunitária. **Universitas Ciências da Saúde**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003. 299 p.
- LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 39).
- LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEWIN, Kurt. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 34-46, 1946.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Problemas de Psicología Social**. San Salvador: UCA, 1983.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MENDES, Maressa Correa Pereira; FONTES, Maria Solange Gurgel de Castro; MAGAGNIN, Renata Cardoso. Experiências participativas no planejamento e gestão urbana: uma revisão sistemática. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1-19, 2021.

MONTERO, Maritza. Un paradigma para la psicología social: reflexiones desde el quehacer en América Latina. In: MONTERO, Maritza (Org.). **Construcción y crítica de la psicología social**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994. p. 27-47.

SAWAIA, Bader B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-53.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James R. Institutional ecology, 'translations' and boundary objects: Amateurs and professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. **Social Studies of Science**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989.

VERAS, Maura. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1987